



## Segredos podem bloquear inquérito

**Entre segredo de justiça, sigilo profissional e segredo de funcionário, a comissão de inquérito pode morrer num imbróglio jurídico**

Podê uma comissão de inquérito fazer cair um primeiro-ministro? Sim, sobretudo se não for em Portugal. Nunca aconteceu e antes mesmo de arrancar a próxima comissão de inquérito tem prognóstico reservado e demasiados "ses" para ter futuro garantido.

Há, desde logo, o segredo de justiça: se o PSD insistir (só o PSD ainda fala nisso) em pedir ao PGR o despacho de arquivamento da suspeita de que Sócrates teria cometido crime contra o Estado de direito, o mais provável é Pinto Monteiro voltar a recusar e, na verdade, não há como contrariar a decisão.

Depois, há o segredo profissional: Paulo Penedos invocou-o na sua qualidade de advogado e, embora uma comissão de inquérito tenha "poderes de investigação próprios das autoridades judiciais", não é pacífico que possa impor o levantamento do segredo profissional. Quanto muito, o caso teria que passar pela Ordem dos Advogados, podendo acabar no Tribunal da Relação — em qualquer dos casos, péssimas notícias para uma comissão que os proponentes (PSD e BE) querem que seja rápida e directa ao assunto.

E ainda há o segredo de funcionário: aplicado a trabalhadores e administradores da PT, que, por serem equiparados a funcionários públicos (por causa da *golden share* do Estado), estão vinculados a sigilo. O Código de Ética da PT impõe a mesma obrigação — mais uma vez, a questão pode arrastar-se em tribunal...

Mas não é só a dificuldade em arrancar depoimentos que pode travar a comissão de inquérito ao negócio da PT/TVI. Os depoimentos dos vários protagonistas da PT (Zeinal Bava, Henrique Granadeiro, Rui Pedro Soares, Paulo Penedos, Soares Carneiro), da Media Capital (José Eduardo Moniz, Bernardo Bairrão, Manuel Polanco, Juan Luis Cebrian) e do Governo (Sócrates, Mário Lino) podem ser im-

portantes, sobretudo onde existam contradições, mas uma contradição não é uma prova.

Para ultrapassar esta lacuna, a oposição prepara-se para pedir documentação que possa lançar luz sobre as suas suspeitas: actas da PT, da Media Capital e da Ongoing. Ou mesmo registos de telefonemas e de deslocações feitas pelos protagonistas deste caso. Mais uma vez, as dificuldades aparecem. No caso da PT, Bava já veio dizer que "nem o conselho de administração nem a comissão executiva discutiram este negócio" — ou seja, tudo foi informal, à margem de quaisquer actas. Por outro lado, na oposição poucos acreditam que as empresas estejam dispostas a entregar esta documentação, a não ser que sejam obrigadas. Mais uma vez, por uma questão de confidencialidade. E, mais uma vez, tudo pode ficar dependente do Tribunal da Relação.

Já na comissão parlamentar de inquérito ao BPN se tinha colocado a questão do sigilo bancário — o Banco de Portugal invocou-o, argumentando que uma comissão de inquérito não podia decretar o seu levantamento. Agora, o caso pode repetir-se, e o inquérito pode arrastar-se na Relação ou no Tribunal Constitucional, última instância a que as empresas podem recorrer.

O risco do inquérito se transformar num imbróglio jurídico assusta os proponentes e desanima parte da oposição. Seria mais um factor de cansaço a juntar ao facto de já estar a decorrer a interminável maratona de audições sobre liberdade de expressão, que se cruza com o inquérito à TVI. O risco de sobreposição é reconhecido até por Jaime Gama, que alertou para que não se dupliquem audições. Mas isso vai acontecer.

O PSD propõe um compromisso: o que já foi dito sobre o negócio da TVI nas audições transita para o acervo da comissão de inquérito. Mas os trabalhos da comissão de ética vão até ao fim. Em primeiro lugar, por motivos formais: a lista de convocados já foi aprovada, estão agendadas audições e "os trabalhos são complementares", diz Pedro Duarte, do PSD.